Da relação entre a proteção jurídica da propriedade intelectual e o desenvolvimento econômico brasileiro

Ishida, J. S. *

Hoje, assume-se que o regime jurídico da propriedade intelectual beneficia amplamente a sociedade, posto que bem difundida a ideia de que sua proteção incentivaria investimentos em pesquisa e inovação, processo que culminaria em desenvolvimento econômico. Entretanto, considerando a atual crise econômica, combinada com a evolução da ideia de propriedade e com o desempenho inovador insatisfatório do Brasil em relação a países com histórico socioeconômico e normas protetivas semelhantes (estas sempre baseadas em modelos normativos propostos pelo GATT e OMPI), é essencial uma abordagem crítica dos reais impactos do regime vigente, em especial o sistema de patente, nos países em desenvolvimento. Ainda que a legislação brasileira atinja seu objetivo primário, qual seja, aquecer o mercado e o ritmo de P&D, resta a questão sobre quais são os verdadeiros receptores finais desses ganhos. A sociedade está realmente sendo favorecida pelo status atual da propriedade intelectual? O objetivo desse trabalho é discutir esses tópicos, com o auxílio de dados acerca da Coreia do Sul – país recentemente classificado como desenvolvido e, assim como o Brasil, atingido pela harmonização normativa promovida na década de 1990 – fornecidos pelo seu órgão de proteção da propriedade intelectual (KIPO), e também de doutrina de diversos autores especialistas nos temas do desenvolvimento, de PI e de sua legislação. Até o presente, verifica-se que o aparente consenso de que a propriedade intelectual deve ser universalmente adotada pode estar equivocado. Por um lado, os interesses dos inventores/criadores estão protegidos, o que os estimula a continuar produzindo. Por outro, muitos críticos do sistema afirmam que essa produção poderia ser maior e mais bem difundida (e bem aproveitada) pela sociedade caso os padrões protetivos fossem mais fluidos - ou mesmo inexistentes, conforme algumas opiniões mais extremistas. O Brasil, em comparação com a Coreia do Sul, encontra-se num estado de estagnação inovadora bastante preocupante, apesar de os esforços normativos estarem bem direcionados. Ainda somos muito dependentes de tecnologia estrangeira. Tal situação pode ser explicada pela própria história brasileira, que privilegiou a industrialização por meio de incentivos estatais (por meio da substituição de importações) e trouxe para o país indústrias estrangeiras que continuaram a se basear em P&D produzidos no exterior, não no Brasil. O modelo normativo atual de PI tem uma visão pragmática do incentivo, o que é bastante criticado quando a inovação também tem

um papel de destaque no desenvolvimento econômico. Uma abordagem que leve em conta outros fatores, como a necessidade de incentivar firmas menores, por exemplo, é essencial para que o sistema evolua de forma a alcançar as carências brasileiras. Também a educação possui um papel importante na produção tecnológica, a exemplo do que ocorre na Coreia do Sul. O problema é assegurar o interesse do governo e da população por essas políticas de difícil implementação, tendo em vista que a maior parte dos setores influentes da sociedade está satisfeito com o *status quo*. Assim como fizeram vários países em um processo de *catch-up* de suas economias, o Brasil também precisa dar atenção a si próprio e abandonar a relativa facilidade da imitação para poder se consolidar como um forte centro de P&D.

It is a common assumption that the protection guaranteed to intellectual property leads to broad benefits to society, since it would have the power to stimulate research and innovation, therefore encouraging economic development. However, considering today's economic depression, combined with the evolution of the idea about property and the unsatisfactory performance of Brazil among countries with similar socioeconomic histories and protective laws (always based on normative models proposed by GATT and WIPO), it's mandatory to tackle the matter of the real impact of intellectual property, especially the patent system, on the economy of developing countries. Even if the Brazilian law achieves its object, meaning market and R&D boosting, remains the question of who are the final recipients of these benefits. Is society really being favored by the status of patent protection? This paper's goal is to discuss these topics, with the help of data concerning South Korea - a newly developed country also affected by the normative harmonization promoted in the 1990s - provided by its intellectual property institute (KIPO), and the works made by several specialists on the subjects of social and economic development, IP and its legislation. To date, it has been noted that the apparent consensus that intellectual property should be universally adopted may be mistaken. On one hand, the interests of inventors/creators are protected, which encourages them to continue producing. On the other, many critics of the system argue that the production levels could be higher and more widespread (and well used) by the society if the protective patterns were more fluid - or even non-existent, according to some extreme opinions. Brazil, when compared to South Korea, is in a quite worrying state of innovative stagnation, although its normative efforts are well directed. We still are highly dependent on foreign technology. This situation could be explained by the Brazilian history, which favored industrialization through state incentives (via import substitution) and attracted foreign enterprises that

continued to rely on R&D produced abroad, not in Brazil. The current IP law model contains a pragmatic view of the incentive, which is widely criticized since innovation has a prominent role in economic development. An approach that takes into account other factors such as the need to encourage smaller firms, for example, is essential for the Brazilian deficiency in innovation. Education also has an important role in technological production, as seen in South Korea. The biggest issue is to ensure the government and the population's interest on these policies, given that most of the influential sectors of society is satisfied with the status quo. As many catch-up countries did, Brazil also needs to pay attention to itself and abandon the apparent simple process of imitation in order to establish as a strong R&D center.

---

* Aluna de graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da Universidade de São Paulo.